

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2024.r5a09>

Recebido em: 28/01/2024

Aceito em: 04/03/2024

**DOCÊNCIA, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR:
(DES)ARTICULAÇÕES**

**TEACHING, SPECIAL EDUCATION AND SCHOOL INCLUSION:
(DIS)ARTICULATIONS**

Verônica Belfi Roncetti Paulino

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3218-0189>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3684872539234174>

Doutora em Educação pela USP

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Brasil

E-mail: veronicabrpaulino@gmail.com

Pedro Paulino da Silva

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1754-7065>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3165963398189016>

Mestre em Educação pela UFES

Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo - SEDU, Brasil

E-mail: silva.pedropaulino@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a configuração das estratégias pedagógicas e atuais ações de políticas públicas em curso no que tange a educação especial e inclusão escolar, da rede pública de educação municipal de Afonso Cláudio, no Estado do Espírito Santo. Os procedimentos metodológicos adotados para a coleta de dados foram: levantamento bibliográfico, análise documental e entrevista semi-estruturada. Os dados indicam a constituição de um campo contraditório e complexo em torno da educação pública, ao revelarem as desarticulações, insuficiências e fragilidades das políticas públicas na concretização das ações para a educação especial e inclusão escolar, mostradas por meio das temáticas: garantia, permanência e o sucesso escolar de seu público-alvo; recursos pedagógicos e planejamento e formação docente. Conforme a pesquisa demonstra, os objetivos propostos para essa modalidade de ensino, na prática, ainda estão distantes de serem alcançados no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação especial; inclusão escolar; políticas públicas.

ABSTRACT

The research aims to analyze the configuration of pedagogical strategies and current public policy actions underway regarding special education and school inclusion, in the public municipal education network of Afonso Cláudio, in the State of Espírito Santo. The methodological procedures adopted for data collection were: bibliographic survey, document analysis and semi-structured interview. The data indicate the constitution of a contradictory and complex field around public education, by revealing the disarticulations, insufficiencies and weaknesses of public policies in implementing actions for special education and school inclusion, shown through the themes: guarantee, permanence and the academic success of your target audience; pedagogical resources and teacher planning and training. As the research demonstrates, the objectives proposed for this teaching modality, in practice, are still far from being achieved in the school space.

Keywords: Special education; school inclusion; public policy.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo analisar a configuração das estratégias pedagógicas e atuais ações de políticas públicas em curso, da rede pública de educação municipal de Afonso Cláudio, no Estado do Espírito Santo. A educação especial e inclusão escolar no Brasil, nas últimas décadas, vêm assumindo uma nova configuração (Elias, 1999), tendo como referência o modelo recomendado pela Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Esses delineamentos fortaleceram a luta dos movimentos organizados dos direitos das pessoas com deficiência, influenciando a legislação no Brasil por meio da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/1996 (Brasil, 1996), trazendo o direito à educação para todos e garantindo o atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino, às pessoas com necessidades especiais.

Nesse movimento, de reestruturação do sistema educacional no Brasil, em busca de promover a inclusão escolar, foi instituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (Brasil, 2008), por intermédio do “[...] paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis [...]” (Brasil, 2008, p. 1), sinalizando “[...] a necessidade

de criação de oportunidades concretas que garantam, na prática, condições de fruição do direito à educação aos grupos mais vulneráveis [...]” (Duarte, 2007, p. 706).

Os novos delineamentos relativos à educação, como direito fundamental de caráter social (Duarte, 2007) forneceram as bases para uma perspectiva vinculada entre o direito (BOBBIO, 2004) à educação escolar e a democracia, “[...] tendo a legislação como um de seus suportes que invoca o Estado como provedor desse bem, seja para garantir a igualdade de oportunidades, seja para, uma vez mantido esse objetivo intervir no domínio das desigualdades [...]” (Cury, 2002, p. 249) sociais, econômicas e educacionais existentes no país (Oliveira, 2007).

Seguindo nessa perspectiva, cabe ao poder público “[...] a realização de prestações positivas de natureza diversa [...]” (Duarte, 2007, p. 710), para a concretização do direito educacional de caráter social, através do sistema educacional inclusivo, em todos os níveis de ensino, tendo a responsabilidade em disponibilizar recursos de acessibilidade e assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, avaliar políticas públicas para prover a todos, sem diferenças, de forma progressiva, com função complementar e suplementar, a formação do aluno (Brasil, 2011).

Apesar da ampliação da matrícula em relação à educação especial (Oliveira, 2007; Prieto; Pagnez, 2014), e de seus possíveis avanços na política educacional com os princípios da inclusão escolar (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2009; Brasil, 2011) “[...] ainda observa-se a ausência de procedimentos de avaliação, o que compromete o processo de implementação das propostas” (Mendes, 2006, p. 399) no contexto dos sistemas municipais e estaduais de educação, pois:

Faltam indicadores para monitorar o processo, os que acenam com estatísticas promissoras muitas vezes não possuem dados confiáveis, e outras vezes não complementam seus estudos com descrições de quem é esse alunado e de como está sua situação educacional [...] (Mendes, 2006, p. 399).

Ainda segundo a autora, os dispositivos legais com as perspectivas de mudanças para combater a lógica da exclusão social no campo da educação, não garantem o desenvolvimento de ações políticas, “[...] e por isso nem chegam às escolas, e menos ainda, às salas de aula”

(Mendes, 2006, p. 401), comprometendo a qualidade e a equidade educativa a partir da perspectiva da “[...] socialização das pessoas e o seu comprometimento com a comunidade, [...] e o conjunto de aprendizagens relacionadas com o seu desenvolvimento pessoal, afetivo, social, estético e moral” (Marchesi; Martín, 2003, p. 21).

Alguns estudos acerca da educação especial e inclusiva no Brasil têm enfatizado o conceito de qualidade e equidade (Dias, 2017), vinculado aos termos “relevância, efetividade, eficácia e eficiência” (Davok, 2013), visando “destacar a centralidade ao “direito à educação, como o grande exemplo da interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos” (Moretti, 2012, p. 56). Tais estudos evidenciam o imbricamento desse conceito nas construções discursivas das políticas públicas no campo da educação, no entanto, problematizam a complexidade do conceito na compreensão das mesmas (Bianchetti, 2007), diante de um contexto revestido por disparidades sociais e por lógicas econômicas neoliberais, destacando “[...] os desafios atuais do federalismo educacional brasileiro diante das graves desigualdades no acesso e condições de oferta nas regiões, estados e municípios” (Alves; Silva, 2013, p. 875).

Nesse sentido, é imprescindível que as políticas públicas brasileiras voltem-se para o fortalecimento e o desenvolvimento de “[...] condições de efetivação do princípio constitucional do padrão de qualidade do ensino [...] como nova dimensão do direito à educação” (Oliveira; Araújo, 2005, p. 21) na configuração democratizadora. Em razão disso, a natureza pedagógica da área da educação especial, desprendida de seu legado clínico patológico (Silva, 2016), emerge como elemento provocativo ao sistema educativo, no que diz respeito ao desenvolvimento do currículo escolar e a formação docente.

Ao realizar um balanço sobre o currículo e educação especial, a pesquisa realizada por Haas; Baptista (2015) indica a inconstância do debate acadêmico acerca do tema. Na opinião dos autores, foi estabelecido um novo conceito de “acessibilidade curricular” nos documentos oficiais da política brasileira. Esse conceito compreende “[...] o direito de acesso ao conhecimento pelos sujeitos da educação especial como premissa fundamental do trabalho pedagógico docente, em sintonia com o Atendimento Educacional Especializado” (Haas; Baptista, 2015, p. 02), sendo necessário ser tratada a compreensão dessa definição no contexto educacional entre os profissionais docentes.

Dessa forma, o currículo escolar (Buytendorp, 2006; Magalhães, 2016; Silva, 2016) na interface da formação continuada (Garcia, 2013; Michels, 2010), à frente do atual contexto de precariedade do trabalho docente (Tardif, 2011), assenta a necessidade em possibilitar aos professores/as os conhecimentos da proposta de inclusão “[...] vinculada por estudos aprofundados de maneira contextualizada com as práticas pedagógicas (Nóvoa, 2002; 2005), e de forma articulada à luta pela melhoria e transformação da educação brasileira como um todo” (Pletsch, 2009, p. 152).

Para a consecução do objetivo proposto desse estudo, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza descritiva, com os procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico, análise documental e entrevista. Assim, o relato se organiza da seguinte forma: inicialmente, será apresentado o percurso metodológico desenvolvido na pesquisa. Posteriormente, os resultados e discussões. Nas considerações finais, será retomado o objetivo do estudo, ampliando as reflexões sobre a temática proposta.

2 MÉTODO

Essa pesquisa parte da abordagem qualitativa, classificada como descritiva. Como descrito por Bogdan; Biklen (1994), a abordagem qualitativa tem como distinção a compreensão “[...] dos sujeitos envolvidos na investigação para, com eles, compreender o contexto” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 27). A respeito da classificação, a pesquisa descritiva, como apresentada por Gil (2002), tem como finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno, procurando estabelecer relações entre variáveis. Como dito anteriormente, a pesquisa pretende analisar a configuração das estratégias pedagógicas e atuais ações de políticas públicas em curso, a partir do ponto de vista das profissionais¹ docentes atuantes na Rede Municipal de Ensino Público de Afonso Cláudio-ES, sendo desenvolvida desde setembro de 2017.

A pesquisa foi desenvolvida mediante o “Consentimento Livre e Esclarecido das/os envolvidas/os”, respeitando os requisitos éticos, no que diz respeito ao desenvolvimento de

¹ Será priorizado a adoção do gênero feminino para retratar os dados referentes às profissionais.

pesquisas que envolvem pessoas, individuais ou coletivas. Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se estratégias complementares: levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas semi-estruturadas.

Para o desenvolvimento da análise documental foram adotadas as orientações definidas por Gil (2002). O objetivo proposto foi consolidar os principais documentos legais e técnicos do município de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, que orientam e subsidiam as políticas e ações no âmbito da Secretaria Municipal de Educação no que diz respeito à educação especial. Foram realizadas buscas sistemáticas e complementares de normas e documentos, nas seguintes fontes: os sítios da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Afonso Cláudio.

No primeiro momento foi realizado um “levantamento bibliográfico com o objetivo de conhecer o material escrito sobre o assunto proposto” (Marconi; Lakatos, 2007, p. 210), consistindo em uma etapa fundamental para o desenvolvimento do estudo. Inicialmente, foi feita uma aproximação dos pressupostos teóricos e metodológicos da educação especial, direito à educação e políticas de inclusão escolar no Brasil. Em seguida, foram selecionados trabalhos que discutem os princípios, concepções, abordagens e diretrizes da educação especial e inclusão escolar no Brasil e as políticas educacionais da modalidade de ensino que dialogam com o objetivo proposto da pesquisa.

No segundo momento, foi desenvolvida a análise documental que se constitui em uma técnica similar a bibliográfica, no entanto, tem como fonte os diversos “documentos oficiais pertencentes aos órgãos públicos e instituições privadas” (Gil, 2002, p. 46). É uma técnica que se fundamenta em verificar, apreciar e analisar os documentos com uma finalidade específica, visando à descrição e representação em documentos facilitando a compreensão detalhada da realidade.

Para a busca dos documentos oficiais municipais foi consultado, inicialmente, o portal de legislação da prefeitura municipal (<http://www.afonsoclaudio.es.gov.br/site/>), no entanto, não há a disponibilidade de documentos oficiais da natureza do objeto desse estudo. Posteriormente, foi consultado o portal da câmara municipal (<http://www.cmac.es.gov.br/>), que disponibiliza atos legislativos do município. Neste sítio a busca foi realizada utilizando-se as palavras-chave, “educação” e “educação especial”. Foram selecionados os seguintes documentos: Diretrizes para a Inclusão Educacional de Alunos com Necessidades Especiais-

Lei nº 1.966, de 14 de dezembro de 2011 e o Plano Municipal de Educação - Lei Municipal nº 2139/2015.

Ainda nesse movimento, foram solicitados por e-mail à Secretaria Municipal de Educação de Afonso Cláudio (SEMEAC), através do departamento de inspeção escolar e coordenação da educação especial os seguintes dados: número de matrículas na rede municipal referente ao ano letivo de 2018; número de alunos/as matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; número de profissionais docentes que atuam com os/as alunos/as de educação especial; número de escolas municipais com alunos/as incluídos/as em classes comuns e de salas multifuncionais, a ser apresentado no item 2.1.

Após a seleção das fontes e obtenção do material foi feita uma análise de conteúdo ancorado nos pressupostos de Bardin (2009). Primeiramente foi realizada uma pré-análise do material. Em seguida, foi feita uma exploração dos documentos, destacando e classificando os itens que fazem referência às ações da educação especial, previstas ou instituídas como meta e contemplavam o atendimento da educação especial. Por fim, foi feito o tratamento, inferência e interpretação dos dados.

Entende-se que a entrevista não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas; pelo contrário, é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social. Sendo assim, com o objetivo em compreender com mais profundidade as políticas públicas municipais da rede pública de ensino municipal de Afonso Cláudio (ES) em curso, no que tange a educação especial e inclusão escolar, dentre outros aspectos que se mostraram relevantes na pesquisa de campo, as entrevistas semi-estruturadas e individuais seguiram um roteiro específico: caracterização dos participantes (idade, sexo, escolaridade); atuação profissional (nível/etapa de ensino em exercício, cargo/função em exercício, tempo de atuação na educação, em anos) e questionário (constituído por um bloco de 12 questões). O instrumento para a entrevista foi elaborado pela pesquisadora com base nas Diretrizes para a Inclusão Educacional de Alunos com Necessidades Especiais - Lei nº 1.966, de 14 de dezembro de 2011.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram às profissionais docentes atuantes na educação básica da Rede Municipal de Ensino de Afonso Cláudio, reunindo um grupo

composto por cinco entrevistadas: coordenadora da educação especial, diretora escolar, pedagoga escolar, professora de educação infantil, professora de educação especial. Tal escolha se justifica pelo foco do estudo, a educação especial e a inclusão escolar.

Em respeito aos sujeitos da pesquisa, primeiramente foi feito um convite em que foi apresentada a intenção do estudo. Junto ao convite para participação como voluntário da pesquisa, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que suas participações e respostas estivessem resguardadas, sendo que a adesão das profissionais docentes ocorreu em caráter voluntário. Vale destacar, o dia e horário para a realização das entrevistas foi organizado conforme a disponibilidade de cada uma participante. Com a preocupação em não revelar os nomes dos sujeitos pesquisados, por uma questão ética, como também não comprometer a construção da escrita da pesquisa, identificamos os sujeitos por meio de letra e número no contexto do relatório, caracterizados a partir do perfil no item 2.1.

Para obter uma descrição mais densa e complexa da realidade estudada por meio de uma perspectiva polifônica (Bakhtin, 2003), através do uso dos diversos procedimentos metodológicos adotados, foi realizada a “triangulação como forma de integrar as diferentes perspectivas, descoberta de paradoxos e contradições” (Duarte, 2009, p. 57). As principais fontes usadas nesta triangulação foram: análise documental (leis, decretos da rede municipal de ensino de Afonso Cláudio, dados referentes aos alunos público-alvo da educação especial), produção acadêmica e entrevistas realizadas com as profissionais docentes, apresentando apenas um breve resumo das análises e resultados obtidos, focando em três eixos: garantia, permanência e o sucesso escolar; recursos pedagógicos e planejamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, será apresentado e discutido o conjunto de dados produzidos nas entrevistas realizadas com as profissionais docentes, levantamento bibliográfico e análise documental. Os dados contemplam e ampliam a compreensão das múltiplas questões que atravessam a educação especial e inclusão escolar, com os seguintes eixos temáticos de análise: 1) Garantia, permanência e o sucesso escolar; 2) Recursos pedagógicos e planejamento.

4 GARANTIA, PERMANÊNCIA E O SUCESSO ESCOLAR

A temática garantia, permanência e o sucesso escolar dos alunos com necessidades especiais, distúrbios e/ou dificuldades de aprendizagem apareceu nas entrevistas. Dos relatos das profissionais docentes, identifica-se que há a garantia e permanência por meio da matrícula e acesso a escola pública, no entanto, o sucesso escolar não é alcançado, no contexto da educação especial e inclusão escolar, demonstrado nos comentários durante a entrevista:

Em parte(A1).

A permanência sim, o sucesso é muito complicado, pois envolve e implica rever alguns aspectos de ordem administrativa, política e pedagógica (A2).

A permanência é garantida, mas o sucesso não (A3).

Estamos no caminho, mas não alcançamos o sucesso (A5).

O trecho da entrevista, acima, demonstra que a dificuldade apresentada não é “garantir o acesso e permanência” por meio do cumprimento legal da matrícula do público-alvo da educação especial, e sim o “sucesso”. A compreensão das profissionais docentes que prevalecem está ligada ao fato delas enxergarem poucas perspectivas de aprendizagem em relação a esses alunos, ou seja, a dificuldade é fazer que os processos de ensino e aprendizagem “sejam enriquecedores do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social” (Oliviera; Araújo, 2004, p. 17), na dimensão qualitativa do direito à educação nos processos de escolarização.

É importante salientar, que os projetos teóricos, metodológicos, pedagógicos e políticos que perpassam a educação básica nas etapas educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio são os mesmos para a modalidade da educação especial. Dessa forma, a modalidade educação especial através da oferta de recursos e serviços de apoio pedagógico especializado, de forma complementar e ou suplementar para o seu público-alvo (Brasil, 2011) “[...] inaugura um novo contrato educativo, que coloca em discussão não apenas a acessibilidade pedagógica para todos, que independe das premissas da discriminação na escola, e, sim, assume propostas práticas de “inclusão a todos” (Silva, 2016, p. 58).

Vale à pena destacar, que “o direito à educação é apenas um dentre toda uma série de direitos que integram o conjunto dos direitos sociais, e estes, no contexto da globalização e da

ideologia neoliberal, estão em baixa” (Ferraro, 2008, p. 275). Assim, foi possível analisar os aspectos contraditórios e complexos que envolvem a educação especial e inclusão escolar no campo educacional, marcado por uma “dinâmica de exclusão includente” (Gentili, 2009).

Gentili (2009) considera que nos contextos das dinâmicas de inclusão e inserção institucional emergem novos mecanismos de reprodução da exclusão educacional configurados por “novas fisionomias, sendo insuficientes, inócuas para reverter os processos de isolamento, marginalização e negação de direitos que estão envolvidos em todo processo de segregação social, dentro e fora das instituições educacionais” (Gentili, 2009, p. 1061). Ainda, segundo esse autor:

O conceito de exclusão includente pretende chamar a atenção sobre a necessidade de pensar o conjunto de dimensões que estão presentes em todo processo de discriminação, alertando para o fato de que, a partir desta multidimensionalidade, a necessária construção de processos sociais de inclusão (associados à realização efetiva dos direitos humanos e cidadãos e à consolidação de relações igualitárias sobre as quais se constroem as bases institucionais e culturais de uma democracia substantiva) sempre depende de um conjunto de decisões políticas orientadas a reverter às múltiplas causas da exclusão, e não somente algumas delas, particularmente as mais visíveis (Gentili, 2009, p. 1061).

O autor provoca o entendimento que nas sociedades latino-americanas nas últimas décadas, a produção da exclusão vem incidindo em desigualdades e discriminação no campo educacional. No entanto, é necessário compreender os diversos aspectos que envolvem esses processos a fim de perceber as “dimensões do idiossincrático processo de universalização do acesso à escola, mas sem direito à educação” (Gentili, 2009, p. 1061). A partir dessa percepção, urge a construção de ações políticas que favorecem as peculiaridades, através de propostas pedagógicas de acessibilidade para todos (Silva, 2016), para uma educação realmente inclusiva, de qualidade e de sucesso escolar para o público-alvo da educação especial.

5 RECURSOS PEDAGÓGICOS E PLANEJAMENTO

Nos relatos que emergiram acerca do planejamento estratégico vinculado a proposta curricular (objetivos, conteúdos, avaliação, temporalidade, metodologias e estratégias para organização da ação pedagógica) segundo as necessidades educacionais e especiais de cada um, e sua inclusão social, as profissionais docentes apontaram a inexistência dessa ação, como assinala uma das entrevistadas:

Não, as características do aluno são ignoradas, muitas vezes o aluno tem que se adaptar ao professor e não ao contrário. O desenvolvimento e a aprendizagem acontecem mais pelo esforço do aluno, a inclusão social é muito mais aparência do que realidade (A4).

Por meio desse relato, é possível enxergar uma desarticulação entre a docência e a educação especial e inclusão escolar. Essa desarticulação pode ser configurada pela ausência do planejamento estratégico e de uma proposta curricular acessível (Hass; Baptista, 2009), favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas inflexíveis, sem uma intencionalidade coerente entre a tarefa e o objetivo a ser atingido. Ainda, foi possível verificar que a proposta pedagógica curricular se aproxima do “conceito de currículo escolar como listagem de conteúdos e que trata a deficiência como uma barreira preponderantemente orgânica, intrínseca ao sujeito, descaracterizando a influência do contexto social” (Hass; Baptista, 2009, p. 12).

Dessa forma, observa-se que o espaço escolar é constituído por lógicas escolarizantes através de um saber pedagógico fragmentado, monopolizado e apartado da proposta democrática da inclusão. É possível analisar, que essas lógicas escolarizantes têm como pano de fundo uma concepção de homogeneização (Magalhães; Soares, 2016), com propostas classificatórias e hierarquizada reverberando em processos de exclusão na escola, “[...] não incidindo apenas sobre os deficientes, mas sobre todos aqueles que fogem ao considerado ‘ideal’, aos padrões pré-estabelecidos” (Buytendorp, 2006, p. 44).

No que se refere ao emprego de recursos didáticos, pedagógicos e acessibilidade, compreendido como o conjunto de atividades, equipamentos ou aparatos que auxiliam, funcionalmente, no desempenho de alguma atividade, organizados institucional e continuamente, atualizados e compatíveis para os alunos com necessidades especiais, distúrbios

e/ou dificuldades de aprendizagem (Brasil, 2011), o conjunto das entrevistas indica a ausência e insuficiência de materiais específicos o que pode significar que, na prática, buscam-se soluções alternativas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. As entrevistadas relatam o seguinte:

Não (A1).

Vejo que as escolas tem se esforçado e envolvido todos os funcionários no intuito de possibilitar espaços inclusivos e de acessibilidade, mas sabemos que há uma carência em recursos pedagógicos, dependendo do distúrbio da criança (A2).

Os recursos pedagógicos não são muito empregados, e geralmente não são atualizados (A4).

O material usado foi todo confeccionado pela professora, na escola não tem material específico (A5).

Dos relatos depreendem-se, as fissuras, dificuldades, impossibilidades e buscas das profissionais no exercício da docência na educação especial e inclusão escolar. Sendo assim, o esgarçamento do trabalho docente circunscreve a atuação das professoras, nessa modalidade de ensino, marcada pela desvalorização econômica, social, cultural, política e histórica.

Diante desse panorama, é plausível assinalar as fragilidades que envolvem a educação especial e inclusão escolar. Essas fragilidades evidenciam as desarticulações existentes entre as políticas públicas, delineadas pelo viés economicista (Oliveira, 2004) e as funções do atendimento educacional especializado (Brasil, 2011). Por outro lado, as desarticulações intensificam a precariedade do trabalho docente na educação básica quanto às desigualdades do ponto de vista político, social e pedagógico do público-alvo da educação especial, inviabilizando a efetivação da educação como um direito com vistas “a garantia da permanência na escola e com nível de qualidade equivalente para todos” (Oliveira; Araújo, 2004, p. 13) que nela frequentam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar a configuração das estratégias pedagógicas e atuais ações de políticas públicas em curso, da rede pública de educação municipal de Afonso Cláudio, no Estado do Espírito Santo. Em face disso, as considerações dos diferentes autores e pesquisadores do campo da educação especial, direito à educação e políticas de inclusão escolar

no Brasil permitiram compreender de forma aprofundada o objeto de estudo e nos situar em relação às produções da área. Diante dessas ponderações, serão apresentadas as conclusões mais relevantes desta pesquisa.

Na análise dos documentos oficiais que focalizam a educação especial e inclusiva no município de Afonso Cláudio através da Lei Municipal nº 1966/2011, que diz respeito às Diretrizes para a inclusão educacional de alunos com necessidades especiais e a Lei Municipal nº 2139/2015, que versa sobre o Plano Municipal de Educação, várias estratégias e ações são propostas para o desenvolvimento das políticas que visam à concretização do direito educacional dessa modalidade de ensino, no entanto, na prática percebe-se que os objetivos ainda estão distantes de serem alcançados no espaço escolar.

De modo geral, no contexto atual dos sistemas educacionais brasileiros, no âmbito das redes municipais e estaduais, as análises depreendidas em estudos realizados no campo da educação, indicam que no universo do público-alvo da educação especial “[...] faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns” (Mendes, 2006, p. 399). Esse processo descortina a constituição de um campo contraditório e complexo em torno da educação pública, ao revelar as desarticulações, insuficiências e fragilidades das políticas públicas na concretização das ações para a educação especial e inclusão escolar.

Por fim, este estudo apresenta indicativos de como o engendramento das políticas educacionais verberam no contexto da escola pública, evidenciando as precariedades que precisam ser superadas. Destacando o percurso de lutas do campo da educação especial e inclusão escolar, conclui-se com a perspectiva de que é necessário continuar os estudos, aprofundar discussões sobre o tema e mobilizar novas iniciativas de ação que fortaleçam a educação especial e a inclusão escolar, em especial focalizando o direito à educação de seu público-alvo, o currículo e a formação continuada.

REFERÊNCIAS

- AFONSO CLÁUDIO, Câmara Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes para a Inclusão Educacional de Alunos com Necessidades Especiais**, Espírito Santo, 2011. Disponível em: www.legislacaocompilada.com.br/afonsoclaudio. Acesso em: 20 out. 2017.
- AFONSO CLÁUDIO, Câmara Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação**, 2015. Disponível em: www.legislacaocompilada.com.br/afonsoclaudio. Acesso em: 20 out. 2017.
- ALVES, T.; SILVA, R. M. da. Estratificação das oportunidades educacionais no Brasil: contextos e desafios para a oferta de ensino em condições de qualidade para todos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 851-879, jul.-set. 2013.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BOBBIO, N. **Direitos do homem e sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 62-77.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988, Seção 1, Página 1 (Publicação Original).
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996, Seção 1, Página 27833 (Publicação Original). Versão com emendas da Lei n.º 12.796 de 2013 e da Lei n.º 13.234 de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 dez. 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Inclusão. **Revista da educação especial**, v. 4, n.º 1, p. 9-17, jan./jun.2008.
- BRASIL. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011, Seção 1, Página 5 (Edição Extra).
- BUYTENDORP, A. A. B. M. **O currículo em educação especial: o texto, as imagens e o acesso ao ensino**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M. A judicialização da educação. **Revista CEJ**, Brasília, ano XIII, n. 45, p. 32-45, abr./jun. 2009.

DAVOK, D. F. Qualidade em educação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007.

DIAS, J. S. de M.; MIRANDA, M. G. de; SANTOS, S. V. **A equidade nos periódicos de educação: um estudo inicial**. Disponível em: https://eventos.fe.ufg.br/up/248/o/Jennifer_Soares_de_Menezes_Dias_e_outros.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.

DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, nº. 100 – Especial, p. 691-713, out. 2007.

DUARTE, C. S. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 18 (2), p. 113-118. 2004.

DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **CIES e-Working Papers**. p. 01-120. 2006.

FERRARO, A. R. Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? **Educ. & Pesq.**, São Paulo, v.34, n.2, p. 273-289, maio/ago. 2008.

GARCIA, R. M C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, v. 18, n. 52, jan.-mar. 2013.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 13 dez. 2017.

HAAS, C.; BAPTISTA, C. R. Currículo e educação especial: uma relação de (re) invenção necessária a partir das imagens-narrativas dos cotidianos escolares. **37ª Reunião Nacional da ANPED** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt15-4199.pdf. Acesso em: 13 dez. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**: sinopse preliminar do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE.

MAGALHÃES, R. de C. B. P.; SOARES, M. T. N. Currículo escolar e deficiência: contribuições a partir da pesquisa-ação colaborativo-crítica. **Cadernos de Pesquisa**, v.46, n.162, p.1124-1147, out./dez. 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MICHELS, M. H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 219-232, maio/ago. 2011.
Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 13 dez. 2017.

MICHELS, M. H. Formação docente na política de educação inclusiva: um novo professor para uma nova sociedade? In: ANACHE, A. A.; OSÓRIO, A. C. do N. (Orgs.). **Da educação especial à educação na diversidade**: escolarização, práticas e processos. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. p. 47-72.

MORETTI, D. M. A responsabilidade internacional do Estado brasileiro por violações do direito à educação a partir do sistema global de proteção dos direitos humanos. **Revista Digital de Direito Público**, vol. 1, n. 1, 2012.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.
Lisboa: Porto, 2005.

OLIVEIRA, R. P. de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 661-690, out. 2007.

OLIVEIRA, R. P.; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, vol. 28, n. 113, p. 05-23, fev-abr. 2005.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, São Paulo, n. 33, 2009, p. 143-156.

PRIETO, R. G.; PAGNEZ, K. S. M. M. Direito à educação, educação especial e qualidade de ensino: indicadores e desafios para a área. In: MARTINS, L. de A. R.; PIRES, G. N. da L.; PIRES, J. **Caminhos para uma educação inclusiva**: políticas, práticas e apoios especializados. João Pessoa: Ideia, 2014. p. 49-83.

SILVA, F. de C. T. Documentos curriculares e as flexibilizações: escrita histórico-social do currículo em educação especial. **Revista Teias**, v. 17, n. 46, p. 56-71, jul./set. 2016.
Observatórios de Educação Especial e Inclusão Escolar.

SILVA, K. C. B. da. O discurso médico-psicológico na configuração do campo da educação especial. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 1, p. 69-87, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2u14b6D>. Acesso em: 13 dez. 2017.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Tailândia: Jomtien, 1990.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Espanha: Salamanca, 1994.